

# Perfil Mediacional de Mães Sociais que Atuam em Instituições de Acolhimento

The Mediation Profile of Mothers  
Who Work in Host Institutions

Perfil Mediacional de Madres Sociais  
Que Actúan en Instituciones de Acogida

Débora Nogueira  
Tomás &  
Celia Vettore

Universidade  
Federal de Uberlândia

Artigo



**Resumo:** Este artigo aborda as interações entre mãe social e criança em situação de acolhimento, em instituição tipo casa-lar, devido à importância de mediações adequadas para o desenvolvimento infantil. Participaram quatro mães sociais, responsáveis pelas crianças de até seis anos de idade. Foram feitas observações do cotidiano institucional, entrevistas semiestruturadas com as participantes e vídeo-gravações de momentos de interação durante atividades rotineiras, como banho e alimentação. Foram realizadas vinte filmagens de dez minutos cada, sendo cinco de cada mãe social. As filmagens foram transcritas e analisadas conforme os critérios mediacionais – *focalização, expansão, mediação de significado, recompensa e regulação de comportamento*, propostos na abordagem da aprendizagem mediada. Os dados mostraram que o critério mediacional mais utilizado pelas mães foi a *regulação de comportamento*, e o menos utilizado, a *expansão*. O trabalho discute a necessidade de um programa contínuo de formação para mães sociais, com ênfase nos comportamentos mediacionais.

**Palavras-chave:** Abrigo. Mãe social. Relações mãe-criança. Desenvolvimento infantil.

**Abstract:** This article discusses the interactions between the social mother and the child care situation in institutions called home model shelters, considering the importance of appropriate mediation for better child development. Four social mothers responsible for children under six years old participated in the study. Observations of the institutional routine, semi-structured interviews with social mothers and video-recordings of moments of interaction during routine activities such as bathing and feeding were made. Twenty ten minute duration films were done, five to each social mother. All recordings were transcribed and analyzed according to the mediation criteria – *focusing, affecting, expanding, rewarding and mediated regulation of behavior* – proposed by the mediated learning approach. The mediation criteria most used by mothers was the *mediated regulation of behavior*, and the least used was expanding. This study discusses the need of a continuous program to form social mothers with emphasis on the mediational behaviors.

**Keywords:** Shelter. Social mother. Mother child relations. Child development.

**Resumen:** Este artículo aborda las interacciones entre madre social y niño/a en situación de acogida, en institución tipo casa-hogar, debido a la importancia de mediaciones adecuadas para el desarrollo infantil. Participaron cuatro madres sociales, responsables por los niños de hasta seis años de edad. Fueron efectuadas observaciones del cotidiano institucional, entrevistas semiestruturadas con las participantes y vídeo-grabaciones de momentos de interacción durante actividades rutinarias, como baño y alimentación. Fueron realizadas veinte filmaciones de diez minutos cada una, siendo cinco de cada madre social. Las filmaciones fueron transcritas y analizadas conforme a los criterios de mediación – *focalización, expansión, mediación de significado, recompensa y regulación de comportamiento*, propuestos en el abordaje del aprendizaje mediado. Los datos mostraron que el criterio mediacional más utilizado por las madres fue la *regulación de comportamiento*, y el menos utilizado, la *expansión*. El trabajo discute la necesidad de un programa continuo de formación para madres sociales, con énfasis en los comportamientos mediacionales.

**Palabras clave:** Abrigo. Madre social. Relaciones madre-niño. Desarrollo infantil.

A institucionalização de crianças e adolescentes brasileiros, notadamente realizada em instituições de acolhimento, é uma prática disseminada em todo o território nacional, e constitui fator de preocupação de diversos segmentos da sociedade contemporânea. Tal preocupação se deve aos custos sociais gerados por um acolhimento inadequado, na perspectiva do pleno desenvolvimento humano.

O abandono de crianças esteve presente na vida em sociedades desde as civilizações mais antigas, como a greco-romana. Contudo,

foi na Idade Média, com o aumento da população e a disseminação de epidemias, que o abandono infantil se intensificou, difundindo instituições como as rodas dos expostos, com forte orientação religiosa. Esse modelo se espalhou por toda a Europa, chegando ao Brasil por intermédio dos portugueses, quando de sua colonização (Marcílio, 1998; Venâncio, 1999).

No contexto brasileiro, é possível identificar o descaso em relação às crianças abandonadas desde o período colonial (Ramos 2000; Marcílio, 1998). Nesse sentido, tem-se que

a primeira roda foi instalada no Brasil em 1726, e, a partir daí, muitas surgiram, apesar dos movimentos higienistas e reformadores, que já naquela época lutavam contra tais instituições, responsabilizadas pela alta taxa de mortalidade, além do abandono infantil. Entretanto, esse tipo de prática só foi extinto em 1950 (Oriente, 2004).

Historicamente, observa-se, no início do século XX, uma tentativa de reordenamento social, no qual a infância brasileira passa a ter prioridade, sendo considerada como responsabilidade jurídica, e não mais religiosa e caritativa. Tal enquadre propiciou o recolhimento de muitas crianças em internatos, pois poderiam representar um risco para a sociedade.

Atrelado à concepção do perigo que a infância abandonada representava para a sociedade, é possível ainda identificar o discurso referente à irresponsabilidade das famílias pobres, incapazes de amar e de educar seus filhos, o que contribuiu para a manutenção dos internatos. Assim, as famílias com dificuldade de criar suas crianças entregavam-nas às instituições, para que, com o apoio do Estado, os filhos pudessem ser educados. Nesse contexto, foram editadas leis que previam a criação de dispositivos de intervenção junto ao menor e a sua família (Franco, 2004).

Outras instituições, respaldadas pelas políticas governamentais de assistência e de proteção à criança e ao adolescente, foram criadas, como o SAM – Serviço de Assistência a Menores (1941) e a FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (1964), tentativas que foram comparadas a um sistema prisional, com enfoque correccional, para a infância e a adolescência em risco (Maricondi, 1997; Rizzini & Rizzini, 2004).

Nos anos 80, com a efervescência das manifestações populares pela liberdade

democrática e dos movimentos sociais reivindicatórios da autonomia e da concepção ativa de cidadão (Mesquita & Sierra, 2006; Lima, 2009), foi promulgada, em 1988, a nova Carta constitucional, na qual as crianças e adolescentes passam a ter seus direitos reconhecidos e assegurados. É a partir desse marco, portanto, que diversas entidades ganham força e estimulam a criação de leis que garantam direitos mais amplos à infância brasileira, como, por exemplo, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990).

Apesar dos avanços das políticas públicas e do reconhecimento da importância dos contextos de acolhimento para o desenvolvimento humano, dados sobre a situação da infância e da adolescência brasileira (UNICEF, 2010) mostram que ainda é grave a situação das crianças que passam pelo abrigo. Há falta de escolas e, muitas vezes, tem-se o preconceito contra os abrigados, que acabam por ter a sua escolarização prejudicada. Além disso, a pobreza ainda é o fator principal da institucionalização de crianças no País, respondendo por 24,1% dos acolhimentos (Silva, 2004).

Entende-se por abrigo uma modalidade de apoio psicossocial, acolhimento e proteção às crianças e adolescentes que, por motivos como violência, abandono e negligência tiveram seus direitos violados e precisaram se afastar da convivência familiar. Silva (2004) destaca que o acolhimento institucional evidencia a necessidade de se priorizar o atendimento personalizado, em pequenos grupos, em ambientes semelhantes a um lar. Para elucidar o atendimento nessas instituições, a autora esclarece quais são as três modalidades de atendimento existentes: casa de passagem ou acolhida, casa-lar ou abrigo domiciliar e abrigo institucional.

Para suprir as diferentes e complexas necessidades que envolvem a situação

...a pobreza ainda é o fator principal da institucionalização de crianças no País, respondendo por 24,1% dos acolhimentos (Silva, 2004).

de acolhimento, o quadro de recursos humanos dessas instituições foi sendo tecido histórica e socialmente, em sua maioria, por pessoas voluntárias, com ênfase na formação religiosa, com prioridade no acolhimento e cuidados básicos, não havendo maiores preocupações com temas psicológicos e educacionais. Esses foram impostos a partir do primeiro código de menores, porém de maneira disciplinadora, com exigências de especialização dos atendimentos, de maneira a se ter funcionários com diversas especializações profissionais, como, por exemplo, médicos, psicólogos e professores (Silva, 2004; Lima, 2009).

Contudo, com as mudanças advindas de movimentos sociais e consolidadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, foi instaurada uma política de atendimento institucional que prioriza a convivência familiar e comunitária, bem como os aspectos peculiares de desenvolvimento. Desse modo, os profissionais que atuam em programas de abrigo “passam a ter o papel de educadores” (Silva, 2004, p.103), o que exige não apenas profissionalização na área mas também seleção adequada e contínua capacitação.

Dentre os profissionais que atuam em instituições de acolhimento, destaca-se a profissão de mãe social, que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, com a fundação por Hermann Gmeiner, na Áustria, em 1949, da primeira Aldeia Infantil SOS, destinada ao acolhimento de crianças órfãs. Assim, pequenos grupos de crianças foram agrupados em casas, sob a responsabilidade de uma mulher que deveria proporcionar-lhes segurança, amor e estabilidade, sendo esse o primeiro modelo de instituição tipo casa-lar.

No Brasil, tal modelo de acolhimento infantil é identificado a partir de 1967, quando da inauguração da Aldeia Infantil SOS, em Porto Alegre (Aldeias Infantis, 2009). Além

disso, a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, regulamenta a profissão de mãe social, assegurando-lhe todos os direitos trabalhistas. A legislação também prevê que, quando contratada, tal profissional deve passar por treinamento e estágio, com embasamento teórico e prático para o exercício de sua função, deixando evidente a preocupação com a melhoria dos serviços prestados às crianças e aos adolescentes acolhidos (Brasil, 1987).

Com a aprovação do documento *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes* (Brasil, 2009), a casa-lar é definida como um tipo de serviço destinado às crianças e aos adolescentes que estão sob medida protetiva de abrigo. Tal modalidade de institucionalização tem o intuito de criar um ambiente que reproduza ou que se pareça com o ambiente familiar. A mãe social é a profissional que reside com um grupo de crianças e que deve orientá-las, além de administrar a casa, conforme esclarece Lima (2009).

Vectore (2005) enfatiza que abrigar crianças pequenas acarreta uma enorme responsabilidade no que se refere ao seu desenvolvimento, e destaca alguns aspectos que devem ser priorizados no acolhimento institucional, como: a organização da instituição para o acolhimento, a construção de vínculos afetivos estáveis entre cuidadores e crianças e a capacitação e a sensibilização dos profissionais sobre a importância do seu trabalho junto às mesmas. Há ainda a preocupação no que se refere à dificuldade de se mensurar o impacto da experiência de institucionalização na vida e no desenvolvimento infantil, o que corrobora pesquisas que apontam a necessidade de capacitar esses profissionais que trabalham nos cuidados diretos das crianças abrigadas (Souza, 2006; Carvalho, 2008; Lima, 2009; Prada, 2007).

O presente estudo traz considerações sobre o

papel da mãe social, atuante em instituição do tipo casa-lar, identificando as interações e as mediações estabelecidas entre elas e as crianças e avaliando as possibilidades de desenvolvimento infantil proporcionadas por tais interações.

### Possibilidades de intervenção em abrigos: o Programa de Mediação e Intervenção para Cuidadores mais Sensíveis – MISC

A interação mediacional é particularmente importante em contextos de abrigos, em virtude da possibilidade de se ter nesses contextos crianças acolhidas desde muito pequenas. Assim, a identificação de comportamentos dos educadores passíveis de fomentar o desenvolvimento infantil pode ser útil em intervenções, visando à promoção da qualidade em tais espaços.

Klein (1996, 2000, 2006) e Klein e Hudeide (1989) acreditam que certos tipos de comportamentos ou de características mediacionais entre educadores e crianças podem afetar o comportamento cognitivo, social e emocional dessas crianças e criar situações de aprendizagem capazes de contribuir para a flexibilidade da mente infantil. Para tanto, Klein (2006) enfatiza a importância de mediações adequadas para a formação de cidadãos autônomos e reflexivos capazes de se adaptarem às exigências do mundo atual.

A identificação e a posterior intervenção de características mediacionais são possíveis por meio da abordagem mediacional, presente no programa MISC – *More Intelligent and Sensitive Child*. Tal abordagem é fundamentada na concepção de modificabilidade cognitiva estrutural (MCE) e na teoria da experiência de aprendizagem mediada (EAM), proposta por Feuerstein, Rand, Hoffman e Miller (1980),

que se baseiam nos cinco critérios universais de mediação e nas contribuições de Vigotsky, (1989), que enfatizam, entre outros aspectos, a importância do mediador.

Dessa maneira, cabe ao mediador selecionar, assinalar, organizar e planejar o aparecimento do estímulo, em consonância com a meta de aprendizagem. É pela mediação que “o mediado adquire os pré-requisitos necessários para aprender, beneficiar-se da experiência e conseguir modificar-se” (Souza, Depresbiteris, & Machado, 2004, p. 40).

O Programa MISC entende que mediações adequadas ou boas devem estar presentes nos diferentes contextos dos quais a criança participa devido a sua potencialidade para a promoção do desenvolvimento infantil. A identificação dos comportamentos mediacionais é feita considerando os cinco critérios universais de mediação propostos por Feuerstein, Rand, Hoffman e Miller (1980), que são: *focalização, expansão, afetividade/ mediação de significado, recompensa e regulação do comportamento*.

Na *focalização*, o mediador procura, intencionalmente, meio e situações para assegurar que a criança focalize sua atenção em algo que está ao seu redor. Deve estar claro para o adulto a intenção de mediar e também a reciprocidade da criança, que utiliza respostas verbais ou não verbais para os comportamentos do adulto.

A *expansão* refere-se ao modo como o mediador amplia a compreensão da criança sobre aquilo que está a sua frente, possibilitando a transcendência do contexto atual e procurando atingir objetivos e necessidades mais longínquos, e não somente satisfações imediatas.

A *afetividade/ mediação de significado* se relaciona a toda energia emocional utilizada pelo adulto durante a interação com a

Klein (1996, 2000, 2006) e Klein e Hudeide (1989) acreditam que certos tipos de comportamentos ou de características mediacionais entre educadores e crianças podem afetar o comportamento cognitivo, social e emocional dessas crianças e criar situações de aprendizagem capazes de contribuir para a flexibilidade da mente infantil.

criança, o que a predispõe a compreender o significado dos objetos e das situações. No caso da criança pequena, Klein e Hudeide enfatizam que qualquer comportamento do adulto que expresse afetividade para com um objeto, pessoa, animal ou juízo de valor é uma ação de mediação de afetividade.

A *recompensa* refere-se ao sentimento de competência, e está presente quando o adulto expressa satisfação com o comportamento da criança e explica o porquê de estar satisfeito. Esse comportamento permite à criança desenvolver sentimentos de competência.

A *regulação de comportamento* relaciona-se à maneira como o mediador ajuda a criança a planejar antes de agir, levando-a ao planejamento do seu comportamento antes da ação.

De acordo com Klein (1996), a essência dessa abordagem está na sensibilização do mediador, que, ao priorizar interações de qualidade, considera os aspectos sociais e culturais e promove ações que facilitam a interação entre adulto e criança. Por não exigir materiais específicos, o programa pode ser trabalhado em vários contextos, com pessoas em qualquer estágio do desenvolvimento.

A primeira etapa do programa é a identificação do perfil mediacional, que é feita pela análise acurada e pela avaliação dos comportamentos exibidos pelo mediador em situações de interação. A etapa seguinte refere-se ao treinamento para a sua sensibilização, o qual pode ocorrer tanto em seus contextos de origem como na própria casa ou com grupos de pais, em creches e jardins de infância, entre outros locais (Klein, 2000).

Em meio aos estudos que caracterizam os abrigos e as situações de desenvolvimento das crianças e adolescentes institucionalizados, a identificação do perfil mediacional das

mães sociais constitui um primeiro passo na busca de uma mediação de qualidade para essas crianças e adolescentes. É nesse sentido que o presente trabalho se justifica, uma vez que poderá contribuir com reflexões acerca das possibilidades de um acolhimento institucional de qualidade.

## Método

### Participantes

Este trabalho foi realizado em uma instituição do tipo casa-lar, que acolhe crianças e adolescentes de uma cidade do interior de Minas Gerais e que contou com a participação de quatro mães sociais responsáveis pelas crianças de até seis anos de idade.

### Instrumentos

Para identificar e avaliar os critérios de mediação, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com as mães sociais, observações da rotina das casas-lares e vídeo-gravações de momentos de interação entre elas e as crianças.

### Procedimentos

Após a submissão e a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (Protocolo Registro CEP/UFU nº 345/08), foi feito o primeiro contato com a instituição por telefone, com a coordenadora, para o agendamento de uma reunião visando à apresentação do projeto e à assinatura do Termo de Consentimento pelas mães sociais.

Vale esclarecer que somente as mães sociais responsáveis pelo atendimento das crianças com até seis anos idade foram convidadas para participar do estudo. Todas aceitaram e foram esclarecidas acerca dos critérios éticos que envolvem pesquisas com seres humanos. Após tal procedimento, foram iniciadas as observações e as entrevistas com as participantes da pesquisa.

Para a realização das entrevistas semiestruturadas, foi utilizado um roteiro que continha dados de identificação das participantes, como: idade, estado civil, local de nascimento, formação escolar, tempo de trabalho em instituições infantis, tempo de trabalho na função atual e funções anteriormente exercidas. Além disso, foram feitas questões de modo a conhecer as razões da escolha para trabalhar em instituições infantis, as vantagens e os problemas percebidos na instituição, as concepções sobre infância, as concepções sobre a criança em situação de acolhimento, as perspectivas sobre o próprio trabalho na instituição e as possibilidades de melhoria do atendimento prestado à criança.

A partir das observações e entrevistas, foi possível pontuar algumas atividades da rotina das casas em que as mães tinham contato direto com as crianças, como: horário das refeições (almoço, lanche e jantar), banho, assistir televisão, ajudar na tarefa escolar, brincar no parquinho e na troca de fraldas das crianças menores. A identificação das atividades que possibilitavam maior interação entre a mãe social e a criança permitiu o início das filmagens para a avaliação da qualidade de tais interações. Desse modo, os achados desse primeiro procedimento, os quais não se encontram detalhados neste estudo pela escolha em se focar na qualidade da mediação das mães sociais, subsidiaram as etapas seguintes, representadas pelas vídeo-gravações e suas análises.

As filmagens ocorreram em duas casas e também na área externa da instituição, onde se localiza o parquinho. Foram realizadas cinco vídeo-gravações das interações entre cada uma das mães sociais e as crianças, com duração de cerca de dez minutos, perfazendo um total de três horas e vinte minutos de filmagens. Após, as fitas foram minuciosamente transcritas para a identificação dos possíveis comportamentos

mediacionais expressos pelas mães sociais, de acordo com as categorias propostas por Klein (1996).

## Resultados e discussão

Conhecer a concepção de infância e, em especial, a da criança em situação de acolhimento das mães sociais participantes lançou luz sobre o fato de que as mesmas demonstraram entender tais conceitos a partir de suas próprias vivências infantis, sejam elas felizes ou frustrantes. Assim, a maioria se reportou continuamente às lembranças de uma infância sem brincadeiras, em que era preciso trabalhar para ajudar no sustento da família, além de episódios de abandono e violências. Por outro lado, duas mães evidenciaram o sentimento de tristeza pela institucionalização das crianças, que, para elas, deveriam ter o amor e a proteção da família, em um ambiente sem negligências e violências. As demais acreditam que o abrigo propicie um ambiente de cuidados e sem violações aos seus direitos.

Evidenciar como as mães sociais percebem a sua importância para o desenvolvimento das crianças também constituiu uma preocupação do estudo. Assim, vale mencionar que elas acreditam que auxiliar as crianças nas tarefas, brincar e conversar com elas são atividades promotoras de desenvolvimento, muito embora uma das mães relate não perceber a existência, no abrigo, de atividades propiciadoras de tal desenvolvimento.

Como se desenvolvem as interações entre mães sociais e crianças? É possível estabelecer o perfil mediacional das mães sociais? As respostas a essas questões nortearam todo o empenho deste estudo.

Considerando os critérios mediacionais propostos por Klein (1996), anteriormente descritos, tem-se que, no abrigo pesquisado, a regulação do comportamento é a forma

mais frequente de interação entre a mãe social e a criança, com ênfase no que julgam ser um comportamento inadequado, como: – *Se você não se sentar direito, eu te tiro daí*. Das vinte vídeo-gravações realizadas com as quatro mães sociais, o que representa duzentos minutos de filmagens, foi possível identificar 85 comportamentos interativos, conforme pode ser vislumbrado na Tabela a seguir.

**Tabela.** Frequência dos comportamentos mediacionais exibidos pelas mães sociais.

Comport. mediac. mães sociais	Focalização	Mediação de Significado	Regulação de Comportamento	Recompensa	Expansão
Ana	4	7	8	3	0
Maria	5	6	9	3	1
Nina	2	6	18	0	0
Lena	1	1	11	0	0
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>20</b>	<b>46</b>	<b>6</b>	<b>1</b>

É importante mencionar que, na verdade, se trata de indícios dos critérios de mediação, pois não foi possível identificar, nas ações das participantes, a intenção de se colocar entre o objeto de conhecimento e o mediado de modo “a modificar, alterar, organizar, enfatizar, transformar os estímulos, a fim de que o mediado construa sua aprendizagem e aprenda por si só”, conforme preconizam Méier e Garcia (2007, p.72).

Nesse sentido, chama a atenção o fato de que as interações entre mães sociais e crianças se restringem às atividades de rotina, como banho e alimentação.

Atividades como brincadeiras e contar histórias, que permeiam o universo infantil, são praticamente inexistentes na instituição pesquisada, embora exista uma ampla literatura psicológica mostrando a importância dessas práticas para o desenvolvimento da criança pequena. Especialmente sobre a brincadeira, Leontiev (2001) mostra que ela constitui a principal atividade da criança, devendo ser priorizada na rotina infantil, e, se possível, deve-se contar com a parceria dos adultos em tais momentos.

O critério *mediação de significado* foi observado principalmente em duas mães sociais, quando se avalia a sua preocupação em fornecer algum significado às ações e experiências vivenciadas pelas crianças. Essas significações podem refletir reproduções e modos culturalmente adquiridos por elas, como os da fala: – *Escova o dente só quando escurece e quando você tá levantando de amanhecer o dia*, o que acaba por introjetar valores culturalmente construídos.

Méier e Garcia (2007) ressaltam que, ao ensinar um conceito, um valor ou simplesmente a maneira de fazer algo, o cuidador, além de explicar o conceito em si, o redimensiona para dentro de uma estrutura de crenças e valores que são produzidos por um determinado grupo social. Assim, a criança, ao compartilhar significados que são subjetivos, integra-se paulatinamente ao seu grupo cultural.

1 Nomes fictícios para preservar a identidade das participantes.

Um dado alarmante refere-se à constatação de que, em vinte momentos diferentes, perfazendo duzentos minutos de filmagens, o critério mediacional denominado *expansão* apareceu uma única vez, sendo observado em uma atividade dirigida durante a evangelização dominical, na qual a mãe social demonstra a intenção de mediar e compara e expande a situação contada na história, transcendendo o contexto presente. A *expansão* é um importante critério mediacional, pois permite que a criança realize relações espaciais e temporais, ampliando e diversificando seu sistema de necessidades, obtendo assim melhor compreensão do mundo. Além disso, possibilita a aquisição de princípios, conceitos ou estratégias que podem ser generalizados para outras situações, permitindo “superar uma visão episódica da realidade” (Souza et al., 2004, p.47).

A presente pesquisa apenas constatou o perfil mediacional das mães sociais, que constitui a primeira etapa, para possibilitar uma intervenção mediacional nos moldes do programa MISC, conforme sugerem Klein e Hudeide (1989). As autoras exemplificam as possibilidades de mediação por meio da utilização das ações cotidianas, como, por exemplo, no momento da alimentação, pela possibilidade de focalizar a atenção da criança na comida, podendo apontar a diversidade de alimentos, entre outras ações, o que visa a fazer aflorar todos os sentidos da criança.

Os dados obtidos no estudo permitem constatar poucas interações entre mães sociais e crianças no momento da alimentação. Além disso, há a crença de que se trata de uma hora em que se deve manter o silêncio, o que contribui para a perda de possibilidades de fomentar o desenvolvimento da criança.

## Considerações finais

Torna-se pertinente conhecer o perfil mediacional da mãe social, haja vista a sua importância na vida das crianças em situação de risco. Por outro lado, identificar e trabalhar com as suas potencialidades deve ser o objetivo dos gestores e de todos os profissionais ligados direta ou indiretamente aos contextos de acolhimento institucional.

Os achados deste estudo evidenciaram que o papel de mãe social, embora devidamente descrito na lei anteriormente citada, carece de melhor redimensionamento, considerando que parecem ser suficientes, para a sua contratação, habilidades que envolvem o saber organizar uma casa, cuidar da comida e das roupas das crianças. Contudo, por trás da função aparentemente prosaica, um grande número de variáveis gravitam no universo dessas mães, e uma delas, da maior importância, é relativa ao paradoxo vivido diariamente por elas quanto à necessidade e ao medo do estabelecimento de vínculos com as crianças, que podem ser rompidos a qualquer instante devido à própria característica do acolhimento, que deve ser transitório.

Nesse sentido, refletir sobre a identidade profissional e pessoal das mães sociais significa analisar o próprio processo de construção social de cada uma e entender que a construção de vínculos implica estabelecer relações permeadas pelo afeto. Na fala de uma das mães, isso fica claro: – *A gente se apega com eles, e eles se apegam com a gente*. Destaca-se, entretanto, que o vínculo é de extrema importância para o pleno desenvolvimento da criança, e pode ser estabelecido com outras pessoas, o que reforça a importância da mãe social para os abrigados.

A mãe social tem como função principal a reprodução do grupo familiar e das interações que nele ocorrem no cotidiano das instituições.

Assim, além de se responsabilizarem pelo desenvolvimento e pela garantia dos direitos das crianças que estão sob seus cuidados, compartilham sua vida e residência vinte e quatro horas por dia, seis dias na semana. Destacar essa dinâmica de relações torna-se imprescindível para a compreensão das contradições e das dificuldades a que estão sujeitas essas profissionais.

Adentrar pelas casas onde essas mães sociais trabalham possibilitou acompanhar o grande desamparo dessas profissionais, que, por não serem capacitadas, por não terem nenhuma expectativa acerca das funções que desempenham, acabam por oferecer interações medíocres, empobrecidas, nos seus contatos com as crianças. Há poucos momentos de falas compartilhadas, de brincadeiras conjuntas e de vínculos estabelecidos.

Pesquisas destacam a necessidade de capacitação e de treinamento aos funcionários que atuam no cuidado direto de crianças abrigadas, como monitores, educadores e mães sociais (Vectore, 2003, 2005; Souza, 2006; Prada, 2007; Carvalho, 2008; Lima, 2009), porém são poucas as instituições de acolhimento que possuem um programa de capacitação dessas profissionais, que, normalmente, são mal remuneradas e possuem uma rotina de trabalho extenuante, que se inicia às 5h00 e termina às 21h00, quando as crianças são postas para dormir. Tal fator leva a uma indesejável rotatividade de funcionários, devido tanto à pesada

rotina quanto às características mais sutis que caracterizam o trabalho, como a já mencionada dificuldade de estabelecimento de vínculos e de mediações, o que confirma o descaso de políticas efetivas voltadas para a qualidade do acolhimento institucional.

Diante do exposto, aponta-se a necessidade de a instituição de acolhimento promover espaços para que a mãe social possa refletir criticamente sobre seu trabalho, articulando-o à história de suas vidas, pois, em uma constatação empírica, não é raro essas mulheres terem a experiência de abrigamento, como foi identificado no caso de Ana, uma das mães sociais pesquisadas.

Em outras palavras, a formação das mães sociais não deve ocorrer como mera transmissão e/ou acúmulo de conhecimentos, mas com o resgate e a valorização do que de positivo elas já fazem, mesmo que sejam apenas indícios, como os comportamentos mediacionais identificados neste estudo. Assim, é necessário trabalhar as suas crenças e valores, suas concepções sobre a criança e também sobre a família.

Finalizando, conhecer o perfil mediacional da mãe social e garantir a possibilidade de implementação de trabalhos que possam otimizar o desenvolvimento infantil, por meio da capacitação dessas profissionais, constituem desafios que devem ser enfrentados por todos os setores da sociedade direta ou indiretamente envolvidos com a problemática da infância em risco.

**Celia Vettore**

Pós-doutorado pela Università Degli Studi di Ferrara. Professora associada 4 junto ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, São Paulo – SP – Brasil.  
Email: vettore@ufu.br

**Débora Nogueira Tomás**

Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia. Psicóloga do Associação de Pais e Amigos do Excepcional de Guairá, São Paulo – SP – Brasil.  
E-mail: deb\_nog@yahoo.com.br

**Endereço para envio de correspondência:**

Av. três, 665, Centro, Guairá – São Paulo - SP. CEP: 14790-000

Recebido 15/4/2010, 1ª Reformulação 14/9/2011, Aprovado 2/3/2012.

## Referências

- Aldeias infantis. (2009). Recuperado em 05 de novembro 05, 2011, de <http://www.aldeiasinfantis.org.br>.
- Brasil. (1987). *Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987*. Dispõe sobre a regulamentação da atividade de mãe social e dá outras providências. Brasília, DF.
- Brasil. (1990). *Lei nº 8969/90, Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.
- Brasil. (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília, DF: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social.
- Carvalho, C. (2008). *Um olhar sobre o abrigamento: a importância das histórias infantis em contexto de abrigo*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.
- Feuerstein, R., Rand, Y., Hoffman, M. B., & Miller, R. (1980). *Instrumental enrichment: An intervention program for cognitive modifiability*. Baltimore, MD: University Park Press.
- Franco, A. A. P. A. (2004). *Família acolhedora na comarca de Franca: análise crítica do processo de implantação*. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Franca, SP.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância/UNICEF. (2010). *Situação da infância e da adolescência brasileira 2009*. Brasília, DF: UNICEF.
- Klein, P. S. (1996). *Early intervention: Cross-cultural experiences with a mediational approach*. New York: Garland Publishers.
- Klein, P. S. (2000). A developmental mediation approach to early intervention; mediational intervention for sensitizing caregivers (MISC). *Educational and Child Psychology*, 17(3), 19-31.
- Klein, P. S. (2006). The literacy of interaction: Are infants and young children receiving a "mental diet" conducive for future learning? *The Journal of Development Process*, 1, 123-137.
- Klein, P. S., & Hudeide, K. (1989). *Training Manual for de MISC (More Intelligent and Sensitive Child) Program*. Sri Lanka: UNICEF.
- Leontiev, A. N. (2001). Os princípios pedagógicos da brincadeira pré-escolar. In L. S. Vigotsky, *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* (9a.ed.). São Paulo: Ícone.
- Lima, A. O. M. N. (2009). *"Ser mãe eu sei, o que agora falta é social": sobre o processo de constituição da identidade profissional no acolhimento institucional de crianças*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.
- Marcílio, M. L. (1998). *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.
- Maricondi, M. A. (Org.). (1997). *Falando de abrigo: cinco anos de experiência do projeto Casas de Convivência*. São Paulo: FEBEM.
- Méier, M., & Garcia, S. (2007). *Mediação da aprendizagem: contribuições de Feuerstein e Vygotsky*. Curitiba, PR: Edição do autor.
- Mesquita, W. A., & Sierra, V. M. (2006) Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. *Perspectiva*, 20(1), 148-155.
- Oriente, I. (2004). *Abandono e institucionalização de crianças – significados e sentidos*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO.
- Prada, C. G. (2007). *Avaliação de um programa de práticas educativas para monitores de um abrigo*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Ramos, F. P. (2000). A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In M. Del Priore (Org.), *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo: Loyola.
- Silva, E. R. A. (Org.). (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos pra a criança e adolescente no Brasil*. Brasília, DF: IPEA/CONANDA.
- Souza, A. R. R. (2006). *Abrigar... brincar – um estudo sobre as vivências lúdicas entre educadoras e crianças de um abrigo*. Dissertação de mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.
- Souza, A. M. M., Depresbiteris, L., & Machado, O. T. M. (2004). *A mediação como princípio educacional: bases teóricas da abordagem de Reuven Feuerstein*. São Paulo: Editora Senac.
- Vectore, C. (2003). O brincar e a intervenção mediacional na formação continuada de professores de educação infantil. *Psicologia USP*, 14(3), 105-131.
- Vectore, C. (2005). Estratégias mediacionais: possibilidades de inserção do psicólogo escolar/educacional em abrigos. In A. M. Martinez, (Org.), *Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Venâncio, R. P. (1999). *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séc. XVIII e XIX*. Campinas, SP: Papirus.
- Vygotsky, L. S. (1989). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.